

# UM OLHAR SOBRE A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS URBANAS: A ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO PSICÓLOGO

O trabalho do psicólogo relacionado à questão urbana é ainda pouco conhecido da maioria dos profissionais. Aliás, a histórica atuação dos profissionais das ciências humanas e sociais é de certa forma invisível à sociedade. Quando alguém pensa no fazer voltado à cidade, à moradia, saneamento ambiental, mobilidade urbana, via de regra irá se lembrar dos urbanistas, arquitetos, engenheiros. Alguns, quem sabe, se lembrem dos geógrafos. Normal.

Não tenho a pretensão de requerer aqui o status da Psicologia, do serviço social, sociologia, jornalismo, antropologia, direito ou quaisquer outros campos de saber vinculadas às humanidades, que assumem papéis importantes na discussão sobre o tema cidade. A tônica deste texto é trazer uma reflexão sobre a cidade democrática produzida, digamos, simplesmente, por seres humanos. Proponho um olhar em que as disciplinas devem ser vistas como ferramentas utilizadas por pessoas com

inteligências e saberes específicos, que podem ser colocados à disposição da comunidade. Nem maiores, nem menores. Nem melhores nem piores. Diferentes. Que estas disciplinaridades, inteligências e saberes, formais ou não, institucionalizados ou não, homologados socialmente, ou não, possam ficar vinculados com o ser humano. Ao ponto.

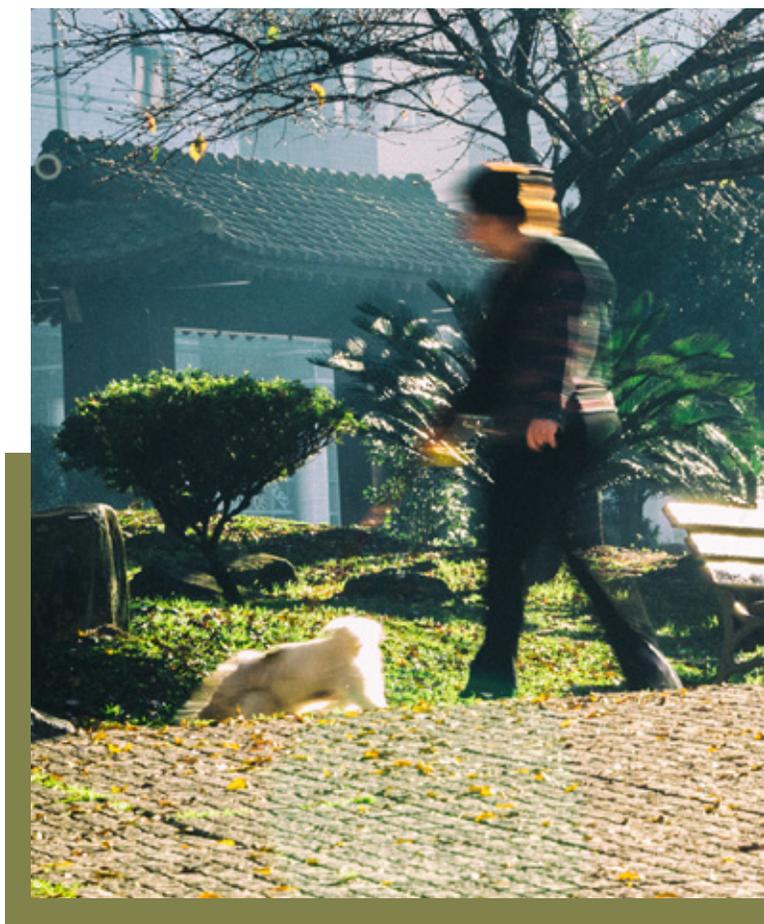
Ao estender o olhar sobre a cidade, é natural que enxerguemos sua materialidade imponente de prédios, pontes, viadutos, avenidas, asfalto, semáforos e veículos. Aos desavisados, vale lembrar das dimensões nem sempre tão imediatas da urbe. Aquelas dos pais e mães que levam seus bebês para tomar sol no parque; dos trabalhadores em seu fazer laboral; dos motoristas, ciclistas e motociclistas em trânsito. Dos desempregados. Dos moradores vivendo o cotidiano em seus lares; dos jovens; dos nativos; dos estrangeiros de passagem. Dos sem teto e dos mendigos. Mais - dos animais domésticos, dos bem cuidados e dos

largados nas ruas. Dos animais silvestres que sofrem com a expansão urbana. Das árvores, da mata, dos corpos de água, enfim. Fala-se da cidade das relações entre as pessoas, dos encontros e desencontros, do uso dos espaços, das decisões políticas para definir os usos dos espaços, trabalho ou de lazer. De expressão ou opressão. De contemplação ou violência. É múltiplo.

A cidade é plástica e mutante. No momento em que você lê este texto, alguém planta ou derruba uma árvore, constrói ou derruba um muro. Na prefeitura, certamente, um grupo de pessoas entrou com um projeto de construção de novos edifícios ou condomínios. Um grupo de investidores planeja um novo loteamento. Um grupo de ciclistas se reúne para dar visibilidade à sua causa contra o domínio dos veículos. Na Câmara de Vereadores, tramitam pedidos de alteração do Plano Diretor, de nomeação e renomeação de ruas, aprovações de orçamentos para investimento, pedidos de preservação ou de extinção de áreas verdes, mudanças de traçados de ruas, etc. E nos bairros, nas periferias, há um movimento contínuo de construções. Muitas delas informais, inclusive, conformam-se à alteridade plástica da cidade.

A cidade está a cada segundo, em plena mudança. Transformações resultantes dos movimentos políticos das pessoas, dos que têm muito poder, e dos que têm pouco poder. Dos políticos delegados em suas funções e daqueles a quem costumamos chamar de cidadãos. Sim, cidadãos e cidadãs. Um termo que em lugar de designar um papel social, devia ser visto como aglutinador dos vários papéis que as pessoas assumem no espaço urbano. Ou um termo que esconde

os diversos modos de ser das pessoas que constroem, produzem e reproduzem a cidade. Para analisar estes diversos modos de ser, é útil propor um filtro filosófico: o ético, o estético e o erótico, não necessariamente nesta ordem, visto que se complementam e se inter-relacionam.



## O ESTÉTICO

A cidade democrática é bela. Para pensar a urbe em sua dimensão estética, é importante lembrar o belo. O quê, afinal, ele produz em nosso corpo? Vale escarafunhar as armadilhas para definir a beleza. Destrinchar o rosário de relativismos que circulam nas fronteiras entre o bonito e o feio. Mas sobretudo interessa aqui salientar a importância para

o bem-estar físico, mental e espiritual, de se deparar com o belo e o aprazível. A beleza aguça os sentidos, pacifica o espírito e nos remete transcendências. Produzir cidades bonitas, alegres, confortáveis, funcionais, bem poderia figurar na agenda dos governos. O que há de tão complicado nisso?



Foto: Felipe de Souza

Esqueçam a beleza comercial de arranha-céus envidraçados, de carros importados pelas ruas ou das pessoas vestidas em fraques, como nas fotos dos anos de 1920. Produzir cidades bonitas pode ser muito simples. A começar por árvores: pense nos efeitos do verde em nossas retinas à luz do dia, o frescor do ar pela manhã ao caminhar numa avenida, no jogo fenomenológico do vento vergando galhos. Certamente é mais barato plantar

árvores do que criar simuladores digitais que reproduzam precariamente esta reação sensorial. Muros decorados, cidade viva; ciclovias para os seres do futuro; córregos despoluídos (isto sim, extremamente caro); uma fonte produzindo o som de água corrente, um parque com um mirante para se apaixonar. Prédios históricos preservados que se possa apreciar de dentro da janela do coletivo e pensar nos que estiveram antes de nós.

## O ERÓTICO

Aqui a cidade pensada fisicamente para proporcionar o encontro e culturalmente para valorizar os afetos. De todas as naturezas. Que tudo o que vive, e não a máquina, esteja no centro de tudo. Que as máquinas, os acessórios e o concreto estejam submissos ao que é vivo, e não o contrário. A cidade afetuosa é democrática, tolerante, diversa. Cidades democráticas têm políticas de inclusão e são pensadas para todos os seus tipos de cidadãos. Inclusive para os refugiados.

## O ÉTICO

A cidade democrática é justa. Porque tecida nas relações eróticas de afeto e empatia. Reproduz-se na gentileza e na tolerância ao diferente. Na cidade democrática, o outro ser humano, o transeunte desconhecido, aquele que atravessa a rua, aquela que corre paga pegar o ônibus, aquele outro que me pede esmola, nada mais é que uma versão possível de mim mesmo.

Os debates sobre as políticas urbanas e mais especificamente sobre a política da

habitação de interesse social gira em torno do fato de ser uma política periférica, sobre a qual se conversa pouco. Num país de desigualdades naturalizadas, convivemos pacificamente com, de um lado, um déficit habitacional da ordem de 6 milhões de moradias e de outro, o mesmo número de domicílios vagos. A tradição ideológica da propriedade privada transforma o solo num bem econômico muito valioso. Para grande parte da população, comprar um terreno legalizado pode ser o projeto de uma vida toda.

A partir de 2001 até 2014, vivemos um momento muito especial em relação à política de habitação. Em 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que vai considerar a moradia e a terra urbana como um direito, e vai instituir diversos mecanismos para subverter a lógica especulativa do solo urbano. Em 2003 com a criação do Ministério das Cidades, desencadeou-se uma série de medidas para fazer valer esta nova lógica. Uma campanha nacional financiou a adequação das leis de Plano Diretor e milhares de municípios brasileiros. Momento em que diversos instrumentos jurídicos e executivos passaram a funcionar: Lei de Assistência Técnica, que oferece serviços de arquitetura e engenharia gratuito para famílias pobres, Lei da Regularização Fundiária, que moderniza os parâmetros de legalidade dos imóveis; criação do SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse, PNHIS – Plano Nacional de Habitação de HIS. Em 2009, concomitante mas nem tão alinhado assim com o grande movimento de planejamento local sobre habitação nos municípios, surge o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Até 2014, o PMCMV produziu e reformou

aproximadamente 3 milhões de moradias populares nas áreas urbanas e rurais mas, principalmente, nas áreas de maior déficit, como as regiões metropolitanas da região Sudeste.

Com todas as críticas a que foi submetido, tive o prazer de participar ativamente com o Programa na região da grande Florianópolis e presenciar, ao vivo e a cores, cenas emocionantes de casais idosos acessarem seu primeiro imóvel próprio.

Um dos principais méritos do programa foi o de fazer funcionar uma política que perpassava as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), envolvendo, obviamente, a iniciativa privada, que produzia as moradias. Outro, foi o de provar por “a” mais “b”, que política social tem grande capacidade de alavancar desenvolvimento. E um terceiro, deixou-nos o gostinho de que é possível praticar a universalidade de direitos.

A partir de 2014, com a crise político-institucional, os investimentos, praticamente, estacionaram. Agora, em fevereiro de 2018, foi anunciada uma meta de produzir 700 mil moradias pelo PMCMV. Uma meta que, no contexto das medidas de austeridade econômica, pode até ser comemorada mas sobre a qual, dadas as circunstâncias do cenário político, pesa o jugo da dúvida sobre sua exequibilidade.

É evocando este contexto político que salientamos a compromisso ético da atuação do psicólogo. É preciso que a prática do psicólogo esteja pautada numa visão coletivista e integradora. Que tenhamos a clareza da força das maiorias. Que

ajudemos os humanos atomizados, solitários, individualizados e segregados a tomarem parte no todo, a se coletivizar e a congregar suas inteligências e suas forças políticas. A se tornarem sujeitos não apenas de sua história pessoal e privada, havendo-se com suas subjetividades e histórias domésticas. Mas atuarem para a expansão plena das capacidades humanas de haver-se com o opressor, de comprometer-se sobretudo, com a história de sua gente, de seus iguais e de seus diferentes. Como potentes membros de coletivos capazes de transformar situações em escala comunitária, local e global, como seres públicos e políticos que somos.

É preciso conectar a atuação sobre a afetividade da escala privada com uma afetividade em escala pública e se comprometer com os sujeitos oprimidos em ambas as escalas. Não faz sentido tratar num consultório um caso de violência doméstica e torcer o nariz para causas amplas contra o machismo, por exemplo. O fazer do psicólogo passa por se expor empaticamente ao sofrimento vivido por um ser humano à sua frente. E ser capaz de compreender o fenômeno em sua dimensão social.

Sandro Marcelo Xavier é psicólogo, com mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no campo da habitação popular como servidor da Caixa Econômica Federal

